



Handwritten signatures and initials in black ink.

FUNDAÇÃO DOMINGOS SIMÃO PULIDO

NIF:501110135

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2016



ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE MAIO DO CONSELHO FISCAL

Da reunião do Conselho Fiscal da Fundação Domingos Simão Pulido "Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e Centro de Dia em 19 de Maio de 2017.-----

Aos dezanove dias do mês de Maio de dois mil e dezassete, no edifício sede desta Fundação, na Rua Dr. António Carlos da Costa, n.º 12 em Vidigueira, compareceram os Exmos. Snrs. Dr. António Rodrigues Mendonça, Dr. Manuel Francisco Cardoso Lula e Sr. Manuel José Portugal Barata Lima, respectivamente Presidente e Vogais do mesmo Conselho.-----

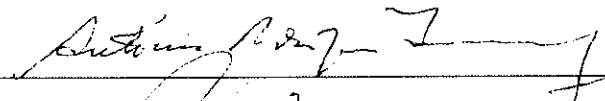
Pelas quinze horas e trinta minutos, o Snr. Presidente declarou aberta a sessão, a qual tinha por fim o Conselho Fiscal emitir parecer sobre o relatório e conta de gerência referente ao ano de dois mil e dezasseis, como prevê a alínea a) do Artigo 32.º da Secção IV dos estatutos em vigor na Fundação.-----


Foi apreciado nas suas diferentes partes.-----

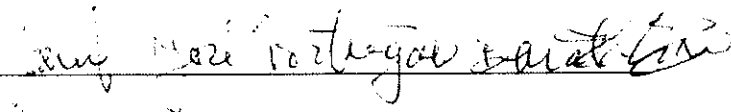
Depois de analisados aqueles documentos, é parecer do mesmo Conselho Fiscal, que estão elaborados e certos em obediência aos preceitos estabelecidos.-----

Verificou-se um resultado líquido do exercício de 30.596,40 € (trinta mil quinhentos e noventa e seis euros e quarenta cêntimos) euros positivos.-----

Mais nada foi tratado. Encerrada a reunião, dela foi lavrada a presente acta, que vai ser assinada, depois de lida, conferida e achada certa.-----







**Conselho de Administração da Fundação Domingos Simão
Pulido**

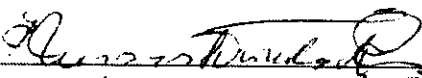
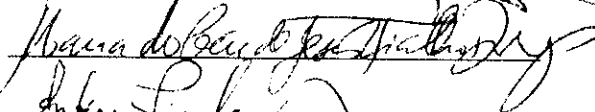
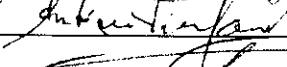
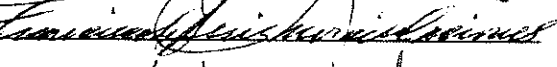
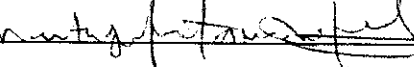
Extracto da acta n.º 2

Aos vinte e seis dias do mês de maio de dois mil e dezassete, pelas dezoito horas, reuniu o Conselho de Administração da Fundação Domingos Simão Pulido na sala de reuniões da ERPI - Residência São Joaquim e Santa Ana "Os Avós", sito à Estrada de Alcária, à D. Teresa, Vidigueira.

Estiveram presentes todos os membros do referido Conselho: Presidente: Padre Manuel Trindade Reis; Secretária: D. Maria do Céu de Jesus Fialho Domingues; 1º Vogal: Sr. António Francisco Pires Garrido; 2º Vogal: Eng. Francisco de Assis Morais Caciones; 3º Vogal: Dra. Marta de Jesus Tareco Miguinhas.

Ponto 2 - Análise e aprovação da Prestação de Contas de 2016: - Nos termos do artigo 18º, e) foi presente o referido documento. A apresentação foi feita pelo TOC, Dr. Nuno Farinha, que prestou todos os esclarecimentos pedidos. Após a análise minuciosa do documento e posto à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.

.../...


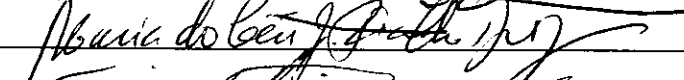

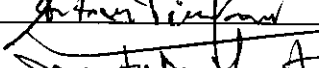
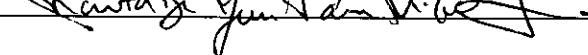
Presidente: 
Secretário: 
1.º Vogal: 
2.º Vogal: 
3.º Vogal: 

Fundação Domingos Simão Pulido
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
De Janeiro até Dezembro

Montantes expressos em EUROS

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2016 Ano Completo	2015 Ano Completo
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados.....	10	371 151,53	265 678,16
Subsídios, doações e legados à exploração.....	12	270 173,47	205 681,57
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos.....			
Variação nos inventários da produção.....			
Trabalhos para a própria entidade.....			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	9	(51 382,84)	(38 406,37)
Fornecimentos e serviços externos.....	18.3	(117 970,76)	(101 795,24)
Gastos com o pessoal.....	16.1	(396 411,22)	(271 498,68)
Imparidade de inventários (perdas/reversões).....			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....			
Provisões (aumentos/reduções).....			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões).....			
Aumentos/reduções de justo valor.....			
Outros rendimentos e ganhos.....		34 761,15	11 964,97
Outros gastos e perdas.....		(2 503,10)	(4 716,28)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		107 818,23	66 908,13
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	5	(48 862,84)	(19 553,78)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões).....			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		58 955,39	47 354,35
Juros e rendimentos similares obtidos.....	15.6	42,67	6 383,89
Juros e gastos similares suportados.....	15.6	(28 401,66)	(30 659,39)
Resultado antes de impostos		30 596,40	23 078,85
Imposto sobre o rendimento do período.....			
Resultado líquido do período		30 596,40	23 078,85

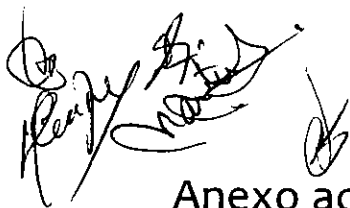
Assinaturas da direcção

BALANÇO INDIVIDUAL
DEZEMBRO 2016

Montantes expressos em EUROS

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2016	2015
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais:			
Fundos.....		30 360,74	30 360,74
Excedentes técnicos.....			
Outros instrumentos de capital próprio.....			
Prémios de emissão.....			
Reservas legais.....			
Outras reservas.....			
Resultados transitados.....		139 752,13	107 054,30
Ajustamentos em activos financeiros.....		318 105,67	318 105,67
Excedentes de revalorização.....			
Outras variações de fundos patrimoniais.....		1 924 681,34	1 993 389,84
		2 412 899,88	2 448 910,55
Resultado líquido do período.....		30 596,40	23 078,85
		2 443 496,28	2 471 989,40
Total do fundo de capital		2 443 496,28	2 471 989,40
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões.....			
Financiamentos obtidos.....			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego.....			
Passivos por impostos diferidos.....			
Outras contas a pagar.....			
Passivo corrente:			
Fornecedores.....	18.2	9 480,14	10 916,03
Adiantamentos de clientes.....			
Estado e outros entes públicos.....	15.3	16 678,11	12 520,02
Fundadores / Beneméritos/patrocinadores/doadores/ associados...			
Financiamentos obtidos.....	15.5	705 306,63	731 266,00
Outras contas a pagar.....			
Diferimentos.....			
outras contas a pagar.....	15.2	52 326,00	28 805,03
Outros passivos financeiros.....			
Passivos não correntes detidos para venda.....			
		783 790,88	783 507,08
Total do passivo		783 790,88	783 507,08
Total dos fundos patrimoniais e do Passivo		3 227 287,16	3 255 496,48



Anexo ao Balanço e á Demonstração de resultados

1 – Identificação da entidade

1.1 – Designação da entidade

Fundação Domingos Simão Pulido

1.2 – Sede:

Rua Dr. António Carlos da Costa, 12 em Vidigueira

1.3 – Natureza da atividade:

A Fundação Domingos Simão Pulido é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, nos termos do Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de fevereiro, estando registada no competente Livro das Fundações de Solidariedade social, sob o n.º. 53/83 a fls. 190 n.º e 191 em 12/08/1983 sendo, por isso, uma pessoa coletiva de utilidade, com sede em Rua Dr. António Carlos, 12 7960-275 em Vidigueira, Concelho de Vidigueira e Distrito de Beja, e tem como atividade principal a prestação de serviços de estrutura residencial para pessoas idosas e Centro de Dia.

Tendo em vista a prossecução dos seus fins, a Fundação:

- a) Organizará e manterá, consoante as necessidades e possibilidades, serviços e actividades de acolhimento, assistência, promoção e cultura, designadamente 2 estruturas Residenciais para pessoas idosas, centro de dia para pessoas idosas;
- b) Promoverá ações de sensibilização e entreaajuda;
- c) Procurará a colaboração de voluntários.

Para concretizar os seus objetivos A Fundação Domingos Simão Pulido, realizou algumas atividades de acordo com o seu relatório de atividades, tais como:

- Realização de passeios com os idosos;
- Convívio entre os idosos;
- Trabalhos Manuais;
- Comemoração de datas festivas;
- Jogos Tradicionais;

1.4 – Designação da empresa-mãe:

Não aplicável

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 - As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o sistema de normalização contabilística, tendo sido adotada a norma contabilística e de Relato financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo, de acordo com o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março.

2.2 – **Indicação e justificação das disposições da NCRF-ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade:**

Não aplicável

2.3 – **Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:**

Tendo em consideração a entrada em vigor do Regime da normalização contabilística para as entidades do Sector Não lucrativo (RNC-ESNL) e consequente revogação do plano de contas das instituições particulares de solidariedade social (PCIPSS), foram efetuados os procedimentos de reclassificação, reconhecimento, desreconhecimento, bem como alterações dos critérios de mensuração nas situações aplicáveis.

2.4 – **Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL – Divulgação transitória:**

A entidade apresentou pela primeira vez as suas demonstrações financeiras de acordo com o Regime da normalização contabilísticas para as entidades do Sector Não Lucrativo, tendo a transição do PCIPSS para o RNC-ESNL, sido procedida de acordo com o disposto no &5 da NCRF-ESNL. Decorrente do processo de transição, ocorreram situações de reconhecimento, desreconhecimento e remensuração que afetaram a posição financeira e o desempenho financeiro.

As principais alterações foram as seguintes:

Subsídios: O PCIPSS dispunha que os Subsídios não reembolsáveis relacionados com os ativos fixos tangíveis e intangíveis fossem inicialmente reconhecidos no passivo e subsequentemente imputados numa base sistémica como rendimentos. De acordo com o disposto no & 14.5 da NCRF-ESNL, os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis devem ser inicialmente reconhecidos nos fundos Patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistémica, como rendimentos, durante os períodos necessários para balanceá-los como gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Consideram-se subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio a favor de uma entidade, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

Custos e perdas extraordinários: A NCRF-ESNL não contempla a existência de resultados extraordinários, sendo os mesmos considerados operacionais.

2.5 – Caso uma entidade dê conta de erros cometidos segundo os PCGA anteriores, as reconciliações exigidas nos parágrafos anteriores, devem distinguir entre a correção desses erros e as alterações às políticas contabilísticas.

Não aplicável

3 – Principais políticas contabilísticas:

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os ativos financeiros registados na rubrica “Instrumentos Financeiros”.

3.2 – Outras políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas apresentadas, foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados, sempre que possa ser medido de forma fiável.

3.3 – Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade, não tendo a entidade a intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

3.4 – Principais fontes de incerteza das estimativas:

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante, nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

4 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

4.1 – Quando a aplicação de uma disposição desta norma tiver efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, salvo se for impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou puder ter efeitos em períodos futuros, a entidade deve divulgar apenas nas demonstrações financeiras do período corrente:

4.1.1 - A natureza da alteração na política contabilística

As políticas não foram alteradas.

4.1.2 - A natureza do erro material de período anterior e seus impactos nas demonstrações financeiras desses períodos;

Não foram encontrados quaisquer erros do período anterior.

4.1.3 - A quantia de ajustamento relacionado com o período corrente ou períodos anteriores aos apresentados, até ao ponto que seja praticável:

Não aplicável.

4.1.4 - As razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporcionam informação fiável e mais relevante, no caso de aplicação voluntária.

Não aplicável.

5 – Ativos fixos tangíveis

5.1 – Critério de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

5.1.1 - Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos como como ativos fixos tangíveis, apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com a manutenção e reparação são reconhecidas como gasto á medida que são incorridas, de acordo com o regime do acréscimo.

5.1.2- Os métodos de depreciação usados.

As depreciações dos ativos tangíveis são calculadas numa base sistémica segundo o método da linha reta fracionada em duodécimos. Os terrenos não são depreciados.

5.1.3 - As vidas uteis ou taxas de depreciação usadas;

Os ativos tangíveis são depreciados de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Descrição	Taxa
Terrenos e recursos naturais	0%
Edifícios e outras construções	2%
Equipamento básico	16,66%
Equipamento de transporte	25%
Equipamento administrativo	12,50%
Outros ativos fixos tangíveis	12,50%

5.1.4 - As quantias escrituradas brutas e a depreciações acumuladas no início e no fim do período são as seguintes:

Descrição	31-12-2015	Adições	Abates	Transferência	31-12-2016
Terrenos Recursos Naturais					- €
Edifícios	691.660,09 €	2.011.604,17 €			2.703.264,26 €
Equipamento Básico	71.826,96 €	311.927,48 €			383.754,44 €
Equipamento de Transporte	64.992,02 €	1.411,54 €			66.403,56 €
Equipamento Administrativo	10.657,83 €	- €			10.657,83 €
Equipamento Biológico	- €	- €			- €
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2.159.603,54 €	- €		- 2.159.566,69 €	36,85 €
Ativo Tangível Bruto	2.998.740,44 €	2.324.943,19 €	- €	- 2.159.566,69 €	3.164.116,94 €
Depreciações Acumuladas					
Terrenos Recursos Naturais	- €				
Edifícios	101.308,57 €	23.468,43 €			124.777,00 €
Equipamento Básico	68.207,83 €	23.982,87 €			92.190,70 €
Equipamento de Transporte	64.992,02 €	1.411,54 €			66.403,56 €
Equipamento Administrativo	12.900,63 €				12.900,63 €
Equipamento Biológico	- €				- €
Outros Ativos Fixos Tangíveis	36,85 €				36,85 €
Depreciações Acumuladas	247.445,90 €	48.862,84 €	- €	- €	296.308,74 €
Ativo Tangível Líquido	2.751.294,54 €	2.276.080,35 €	- €	- 2.159.566,69 €	2.867.808,20 €

6 – Ativos intangíveis

6.1 – Uma entidade deve divulgar o seguinte para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente outros ativos intangíveis:

6.1.1 - Se a vida úteis são indefinidas ou finitas, e se forem finitas, as vidas úteis ou taxas de amortização usadas;

Não aplicável

6.1.2 - As quantias escrituradas brutas e a depreciações acumuladas no início e no fim do período são as seguintes:

Descrição	31-12-2015	Adições	Abates	Transferência	31-12-2016
Projetos de desenvolvimento	82.496,59 €				82.496,59 €
Ativo Intangível Bruto	82.496,59 €				82.496,59 €
Depreciações Acumuladas					- €
Programas de Computador					- €
Depreciações Acumuladas	- €				- €
Ativo Intangível Líquido	82.496,59 €				82.496,59 €

7 – Locações

Não aplicável.

8 – Custos de empréstimos obtidos:

8.1 – As demonstrações financeiras devem divulgar:

8.1.1 - A política contabilística adotada nos custos dos empréstimos:

Os juros são reconhecidos como gasto no período a que dizem respeito.

8.1.2 - A quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período:

Não aplicável.

8.1.3 - A taxa de capitalização usada para determinar a quantia do custo dos empréstimos obtidos elegíveis para capitalização.

Não aplicável.

9 – Inventários

9.1 – As demonstrações financeiras devem divulgar:

9.1.1 - As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a formula de custeio usada:

Os inventários são mensurados pelo custo histórico ou pelo valor realizável líquido, dos dois, o mais baixo.

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. Em 2016 e 2015 a conta de inventario teve o seguinte desdobramento:

Descrição	Inventário	1-1-15	Compras	Inventário 31-12-15	Compras.	Inventário 31-12-16
Mercadorias	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Matérias-Primas, subsidiárias e de Consumo	- €	38.406,37 €	- €	- €	51.382,84 €	- €
Produtos Acabados e Intermédios	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Produtos e Trabalhos em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €
TOTAL	- €	38.406,37 €	- €	- €	51.382,84 €	- €

10 – Redito: O redito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, a qual, em geral, é determinada por acordo entre a entidade e o comprador ou utente do ativo. O redito compreende os montantes faturados na prestação de serviços nomeadamente as mensalidades do Lar e Centro de Dia.

Descrição	2016	2015
Prestação de Serviços	371.151,53 €	265.678,16 €
Mensalidades Lar com Acordo	307.917,54 €	242.570,58 €
Mensalidades Lar sem Acordo	43.051,40 €	- €
Mensalidades Centro de Dia	20.182,59 €	23.107,58 €
Juros, dividendos e outros rend.similares	42,67 €	327,70 €
Total	371.194,20 €	266.005,86 €

11 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes:

Não aplicável.

12 – Subsídios do governo e Apoios do governo

12.1 – A Política contabilística:

Os subsídios não reembolsáveis, relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemáticas, como rendimentos, durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

A entidade considera subsídios não reembolsáveis, quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

12.2 – A natureza e extensão dos subsídios reconhecidos nas demonstrações financeiras:

12.2.1 - A entidade tem aprovado um projeto de investimento para a construção/ampliação de um edifício novo e aquisição de equipamentos os quais tem subjacente um subsídio não reembolsável de **975 170,94 euros**, que cumprindo os requisitos estabelecidos no capítulo 14 da NCRF-ESNL, foram contabilizados como componentes do fundo patrimonial.

No corrente exercício não foram imputados ao rendimento do período nenhuma verba uma vez que a obra ainda não foi concluída nem foi dado início da sua utilização.

12.2.2 - Foram ainda reconhecidos no corrente exercício **269.879,47 Euros** de subsídios referentes à exploração da instituição, nomeadamente, para o equipamento Lar de Idosos e Centro de dia assim desdobrados:

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
ISS,IP	240.280,12 €	177.970,17 €
ERPI- Sede	150.558,37 €	165.059,15 €
ERPI- Lar dos Avós	78.011,31 €	
Centro de Dia	11.710,44 €	12.911,02 €
Instituto Emprego e Formação Profissional	3.375,70 €	10.378,56 €
Câmara Municipal Vidigueira	26.223,65 €	17.032,84 €
Total	269.879,47 €	205.381,57 €

a) Principais doadores/fontes de fundos

Os principais doadores de fundos foram pessoas privadas do distrito a que pertence esta instituição, que efetuaram donativos através de pequenas iniciativas levadas a cabo pela instituição.

13 – Efeitos de alteração em taxas de câmbio:

Não aplicável

14 – Imposto sobre o rendimento:

14.1 – São divulgados separadamente:

a) Gasto (Rendimento) por impostos correntes;

Não aplicável.

15 – Instrumentos financeiros

15.1 - A entidade divulga as bases de mensuração, bem como as políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros, que sejam relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras: A Fundação reconhece um ativo financeiro ou passivos financeiros, apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Instrumentos financeiros mensurados ao custo menos perdas por imparidade:

-Utentes, fornecedores, conta a receber, contas a pagar, empréstimos bancários.

15.2 – Outras contas a pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Credores por acréscimo Gastos - Pessoal	52.326,00 €	19.186,05 €
Subsidio de Férias, venc. e Taxa Social	52.326,00 €	19.186,05 €
Outros Credores	- €	9.618,98 €
TOTAL	52.326,00 €	28.805,03 €
Pessoal	- €	- €
Entidades Externas	- €	- €
Entrega ao Sindicato	- €	- €
TOTAL	- €	- €

15.3. Relações com os Estado

A rubrica de “Estado e Outros entres Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	17.834,59
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	-	17.834,59
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	1.350,00	1.339,00
Segurança Social	15.328,11	11.181,02
FCT e FGCT a Pagar	-	-
Total	16.678,11	12.520,02

15.4 -Para os empréstimos contraídos reconhecidos á data de balanço, a entidade divulga as situações de incumprimento:

Não existem situações de incumprimento.

15.5 – Compromisso de empréstimos mensurados à data de balanço:

Rubrica	2016	2015
Emprestimo Bancário CGD	705.306,63 €	731.266,00 €
Descobertos bancários	- €	- €
Total	705.306,63 €	731.266,00 €

15.6 – Resultados financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Rubrica	2016	2015
Juros e gastos suportados	28.401,66 €	30.659,39 €
Juros e rendimentos similares obtidos	42,67 €	6.383,89 €
Resultados financeiros	28.358,99 €	24.275,50 €

16 - Benefícios dos empregados

16.1 – Numero médio de colaboradores durante o ano

O número médio de colaboradores ao serviço da entidade durante no exercício de 2016 foi de 46 colaboradores e 30 colaboradores em 2015. Os gastos que a entidade incorreu com os colaboradores foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações ao pessoal	324.534,41 €	221.599,56 €
Encargos sobre as Remunerações	71.003,66 €	46.492,19 €
Seguro Acidentes de Trabalho	1.255,25 €	1.165,25 €
Outros Gastos com o Pessoal		
TOTAL	396.793,32 €	269.257,00 €

16.2 – Número de membros dos órgãos diretivos e alterações ocorridas no período de relato financeiro.

Os órgãos diretivos são constituídos por 9 elementos, não tendo ocorrido alterações no período de relato financeiro.

16.3 – Informação sobre as remunerações dos órgãos sociais.

Os órgãos sociais são não remunerados.

17 – Divulgações exigidas por outros diplomas legais.

A Direção informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados

18 – Outras informações

18.1 – Caixa de depósitos bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Caixa	249,92 €	3.424,37 €
Depósitos à Ordem	245.400,23 €	251.605,82 €
Depósitos a Prazo	31.332,22 €	31.289,55 €
TOTAL	276.982,37 €	286.319,74 €

18.2 – Fornecedores

O Saldo da rubrica de “fornecedores” discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Ativo		
Adiantamento a Fornecedores	- €	- €
TOTAL	- €	- €
Passivo		
Fornecedores c/c	9.480,14 €	10.916,03 €
TOTAL	9.480,14 €	10.916,03 €

18.3 – Fornecimento e Serviços Externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foi a seguinte:

Fornecimento e Serviços Externos	2016	2015
Serviços Especializados	33.281,61 €	39.137,03 €
Materiais	2.896,36 €	908,67 €
Energia e Fluidos	45.821,48 €	42.605,41 €
Deslocações, estadas e transportes	202,75 €	562,10 €
Serviços diversos	35.768,56 €	18.582,03 €
Total	117.970,76 €	101.795,24 €

18.1 – Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Documento elaborado pelo Técnico oficial de Contas n. °71 941

Nuno Alexandre de Jesus Farinha

Local: Vidigueira,

Data de elaboração: 26/03/2017

A Direção



Nome: FUNDAÇÃO DOMINGOS SIMÃO PULIDO

Tipo de identificação: NIF / NIPC N° de identificação: 501110135

Responsabilidades referentes a: 31-12-2016

Informação comunicada pela Instituição 6250 - CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DO GUADIANA INTERIOR, CRL

Nível Responsabilidade	Produto Financeiro	Prazo Original	Prazo Residual	Situação de Crédito	Duração Incumprimento	Prestação €	Garantias	
							Saldo €	Tipo
Crédito individual	Financ activ empresarial ou equiparada	008 - Mais de 20 até 25 anos	072 - Mais de 15 até 20 anos	Regular		705 307	011	870 000

Tipos de garantias

011 - Colateral real hipotecário - Imóveis

Número total de saldos neste mapa : 1

Fim de relatório

A informação prestada, extraída da Central de Responsabilidades de Crédito (CRC) no momento em que a consulta foi efetuada, é da responsabilidade das entidades que a tenham transmitido, cabendo exclusivamente a estas proceder à sua alteração ou retificação (Artigo 2º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 204/2008, de 14 de outubro). Os dados contidos na CRC encontram-se cobertos pelo sigilo bancário. O Banco de Portugal apenas está habilitado a facultar o acesso e a utilização destes dados ao respetivo titular, bem como nas situações e para as finalidades expressamente previstas na lei.



BANCO DE PORTUGAL
EUROSISTEMA

Central de Responsabilidades de Crédito

Nome: FUNDAÇÃO DOMINGOS SIMÃO PULIDO

Tipo de identificação: NIF / NIPC Nº de identificação: 501110135

Responsabilidades referentes a: 31-12-2016

Saldos Agregados

Nível Responsabilidade	Produto Financeiro	Prazo Original	Prazo Residual	Situação Crédito	Duração Incumprimento	Garantias	
						Saldo €	Tipo
Crédito individual	Financ activ empresarial ou equiparada	008 - Mais de 20 até 25 anos	072 - Mais de 15 até 20 anos	Regular		705 307	011

Tipos de garantias

011 - Colateral real hipotecário - Imóveis

Número total de saldos neste mapa : 1

Fim de Relatório

A informação prestada, extraída da Central de Responsabilidades de Crédito (CRC) no momento em que a consulta foi efetuada, é da responsabilidade das entidades que a tenham transmitido, cabendo exclusivamente a estas proceder à sua alteração ou retificação (Artigo 2º, n.º 4, do Decreto-Lei n.º 204/2008, de 14 de outubro). Os dados contidos na CRC encontram-se cobertos pelo sigilo bancário. O Banco de Portugal apenas está habilitado a facultar o acesso e a utilização destes dados ao respetivo titular, bem como nas situações e para as finalidades expressamente previstas na lei.